



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

www.cachoeiro.es.gov.br

ANO XLVI - Cachoeiro de Itapemirim - quinta-feira - 22 de março de 2012 - Nº 4095

PODER EXECUTIVO

ATOS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

DECRETO Nº 22.711

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DO DECRETO Nº 22.462,
DE 09 DE DEZEMBRO DE 2011.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE
ITAPEMIRIM, Estado do Espírito Santo, no uso de suas
atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º – O artigo 1º do Decreto 22.462, de 09 de dezembro de
2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - (...):

Uma área de terreno medindo tres mil novecentos e quarenta e tres metros quadrados e noventa e oito decímetros quadrados (3.943,98m²), que faz parte de uma área maior de 34.500,00m², situada no lugar “Chácara Caiçara”, nas proximidades do Trevo e da Rodovia Santos Neves, Bairro São Lucas, nesta cidade, confrontando pela frente com o córrego Monte Cristo, lado esquerdo com Herval Carari e Outros, lado direito com Herval Carari e Outros e fundos com Herval Carari e Outros, registrado sob o número 17.351, Livro 2-CR, Folhas 151, no Cartório de Registro Geral de Imóveis, 1ª Zona, desta Comarca”.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Cachoeiro de Itapemirim, 20 de março de 2012.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 22.713

DISPÕE SOBRE A COMPOSIÇÃO DE COMISSÃO MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 7º do Decreto nº 20.716, de 31 de março de 2010, alterado pelo Decreto nº 21.745, de 02 de março de 2011,

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída **COMISSÃO MUNICIPAL**, vinculada ao Gabinete do Prefeito, composta pelos membros abaixo relacionados, com a finalidade de instruir os trabalhos para eleição do Cachoeirense Ausente nº 1, Edição 2012.

Representantes do GAP – Gabinete do Prefeito

Paula Teixeira Garruth
Karina Santos Salles

Representantes da SEMCOS - Secretaria Municipal de Comunicação Social

Márcia Marins Leal
Marise Aparecida Faber da Silva

Representantes da SEMCULT - Secretaria Municipal de Cultura

Cerlange Gomes de Oliveira
Claudete Crisóstomo Polverini

Parágrafo único - A Coordenação da Comissão de que trata o *caput* deste artigo estará sob a responsabilidade da servidora **Paula Teixeira Garruth.**

Art. 2º Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário, em especial, o Decreto nº 20.724/10.

Cachoeiro de Itapemirim, 21 de março de 2012.

CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS
Prefeito Municipal

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL**CARLOS ROBERTO CASTEGLIONE DIAS**

Prefeito Municipal

BRAZ BARROS DA SILVA

Vice – Prefeito

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim
 Secretaria Municipal de Administração e Serviços Internos
 Rua Brahim Antônio Seder, 34 - 3º Andar - Centro
 Cachoeiro de Itapemirim – ES
 E-mail: diario.oficial@cachoeiro.es.gov.br

PUBLICAÇÕES E CONTATOS (28) 3521-2001

DIÁRIO OFICIAL (28) 3522-4708

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
E SERVIÇOS INTERNOS****EXTRATO DE TERMO ADITIVO****ESPÉCIE:** 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 038/2010.**CONTRATADA:** IGA CONSTRUTORA LTDA.**CONTRATANTE:** MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, atendendo as necessidades da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS.**OBJETO:** Aditar o valor contratual da obra de construção da unidade de saúde do Bairro Jardim Itapemirim, nesta cidade.**VALOR:** R\$ 18.698,50 (dezoito mil, seiscentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos) passando o valor global do contrato de R\$ 1.476.782,26 (um milhão, quatrocentos e setenta e seis mil, setecentos e oitenta e dois reais e vinte e seis centavos) para R\$ 1.495.480,76 (um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e oitenta reais e setenta e seis centavos).**DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes do presente termo correrão com recursos próprios, à conta da dotação orçamentária:

Órgão/Unidade: 16.02, Projeto/Atividade: 10.301.0034.1.218, Despesa: 4 4 90 51 02 99.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2012.**SIGNATÁRIOS:** Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal, Marco Aurélio Coelho – Procurador Geral do Município, Leandro Moreno Ramos – Secretário Municipal de Obras e Gabriela Cani Bella Rosa – Sócia da Contratada.**PROCESSO:** Protocolo nº 1-1980/2012.**EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO****CONTRATADA:** DROSDSKY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA EPP.**OBJETO:** Serviços de revisão de 30.000 KM do Caminhão Agrale, Placa MTB 3361, com substituição de peças, conforme solicitado pela Secretaria Municipal de Gestão de Transportes – SEMTRA.**VALOR:** R\$ 1.209,59 (mil, duzentos e nove reais e cinquenta e nove centavos)**RESPALDO:** Lei nº 8.666/93, Art. 24, Inciso XVII.**PROCESSO:** Prot. Nº 1-10.778/2012 e 1-6196/2012.**EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO****CONTRATADA:** ROBSON CASTRO DE SOUZA.**OBJETO:** Apresentação musical do cantor ROBSON CASTRO no dia 02 de junho de 2012, na programação da Feira da Bondade 2012, conforme solicitado a Secretaria Municipal de Cultura – SEMCULT.**VALOR:** R\$ 2.000,00 (dois mil reais).**RESPALDO:** Lei nº 8.666/93, Art. 25, Inciso III.**PROCESSO:** Prot. Nº 1-9480/2012.**SECRETARIA MUNICIPAL DE
DESENVOLVIMENTO URBANO****COMUNICADO**

Torna pública a lavratura dos Autos de Infração abaixo relacionados em virtude da recusa do contribuinte em recebê-lo ou impossibilidade de ciência pessoal.

Auto de Infração: 7030

(Lei 1124/67 - Art. 192º)

Infrator: Transbrsul – Transportes de Cargas Ltda - Me

Endereço: Rodovia Cachº x Safra, Km 12

Bairro: Safra (Posto Shangrilá)

CNPJ/CPF: 09.005.792/0001-61

Auto de Infração: 7142

(Lei 1124/67 - Art. 192º)

Infrator: Rudiane ferreira Estefanato

Endereço: Rua Dr. Henrique Dutra Nicácio, 13

Bairro: Nova Brasília

CNPJ/CPF: 114.629.317.82

PAULO CÉSAR MENDES GLÓRIA
Secretário de Desenvolvimento Urbano**JORGE LUIZ GAVA**
Gerente de Fiscalização de Posturas

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim**Biênio 2011-2013
Reunião Ordinária**

Ata n.º 65 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Presidência da conselheira Emilene Rovetta da Silva, aos 24 dias do mês de novembro de 2011, às 15:30 horas, no Auditório da Câmara Municipal para reunião extraordinária. **Estavam presentes os seguintes conselheiros:** 1) Emilene Rovetta da Silva e Débora Maria Moura Carias, SEMGES; 2) Delandí Macedo e Fabiana Ramos Dias Caçador, SEMMA; 3) Ricardo Coelho de Lima e Luiz Rogério Ramos Casaes, SEMDEC; 4) Joaquim Neiva de Rezende Junior, SEMAC; 5) Antônia Marcela Minto, SEMUTHA; 6) Ludmila Machado Lima, CÂMARA MUNICIPAL; 07) Roberto Colodete, IDAF; 08) Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 09) Paulo César Mendes Glória e Wando Alves Pereira, SEMDURB; 10) Nilton Costa Filho, OAB; 11) Aguinaldo José Grillo e Amarildo Siqueira de Oliveira, SINDIMARMORE; 12) Carlos Heugênio Duarte Camisão e Ronio Linhares de Oliveira, CREA; 13) Isabela Romanelli Garschagem, SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE; 14) Juarez Monteiro Albernaz, ACISCI; 15) Carlos Roberto Rabelo, ADESA; 16) Marcos Antônio Lemos Fabre, ACEEL. 17) Chrispiniano Francisco dos Reis, CETEMAG; 18) Cora Augusta Duarte Aguiéras, DIOCESE; 19) Ronaldo Stelzer Bindaco, ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS e 20) Guilherme Thompson de Mendonça, DEFESA SOCIAL. **Ausentes os representantes da ASCOSUL, SINDUSCON, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CORONEL BORGES, FAMMOPOCI, SEBRAE, SEMAG e SEMO. Ausentes com justificativa: IFES. A Presidente Emilene inicia a reunião com verificação de quorum e em seguida coloca em votação o primeiro ponto da pauta sobre a aprovação da ata n.º 64 que é aprovada por unanimidade. Carlos Alberto, representante da ADESA justifica a ausência da entidade na reunião que aconteceu no dia 10 de novembro, já que ele e o titular, Sr. Flávio Fricks receberam uma comunicação para participar de uma campanha da educação no trânsito em Vitória. Conselheira Emilene pede a um dos conselheiros que substitua o vice-presidente, uma vez que por motivo de saúde não pode comparecer a reunião. O conselheiro Chrispiniano Francisco dos Reis é indicado a substituir o vice-presidente, Sr. Flávio Fricks. Conselheira Emilene apresenta o segundo ponto de pauta sobre Zona Natural e esclarece que após revisar as atas, em especial a ata n.º 63 verificou que esse assunto já havia sido acordado em reunião anterior. Então dessa forma peço aos srs. a alteração de pauta, já que esses assunto já ficou contemplado na oficina n.º 05. Então não tem GT para estudo de Zonas Naturais já que votamos na reunião passada que ela vai participar da oficina n.º 05. E aproveitando o item 02 com o 03 nós já vamos falar sobre as oficinas. Nós já discutimos exaustivamente sobre esse assunto e a sugestão de alguns conselheiros é que uma oficina fosse desmembrada da outra para dar agilidade aos estudos e que as entidades interessadas em participar já pudessem dar o início aos estudos. No caso da oficina n.º 05, fiz contato com Vera da TRAMIRIM e ela se manifestou interessada em participar e que vai formalizar a indicação com outro nome de suplente para as reuniões, ficando assim a inclusão da TRAMIRIM na oficina n.º 05. Então para essa oficina já podemos contar com TRAMIRIM, IDAF e IBAMA. Com o IEMA não consegui falar, mas nós vamos insistir. Então a sugestão é que a facilitadora dessa oficina dê seguimento aos trabalhos. Fala da Sugestão da Conselheira Débora sobre a estrutura dessas oficinas na intenção de dar agilidade ao trabalho e verificar com os srs. se existe a possibilidade de fazer algumas alterações. A SEMDEC através de email se manifestou favorável e pretende participar de duas oficinas, a oficina n.º 04 sobre logística e a oficina n.º 06 sobre Desenvolvimento Econômico. Conselheira Débora apresenta a primeira proposta de formação dos grupos e disse que lá na SEMUTHA procurou fazer um estudo e dar uma sugestão. Então, eu gostaria que todos pudessem contribuir com sugestões. Para a primeira oficina a ideia é tirar o facilitador, colocando para cada oficina um coordenador representado por um conselheiro, e um representante da secretaria que tenha subsídio para dar o grupo. Nesse caso, como sugestão a SEMDURB por ter maior condição de apoio a esse assunto. Informa que as entidades indicadas podem continuar e que ainda pode haver sugestão de inclusão de outras. A ideia seria que junto das entidades, pelo menos dois conselheiros possam participar. Informa que para todas as oficinas, segue da mesma forma. Conselheira Emilene, diz que da forma que está sendo sugerida verifica-se que cada oficina será independente, com conselheiros e coordenador. Após a apresentação de todas as oficinas a Presidente Emilene coloca em aberto as sugestões dos conselheiros. Sugestões dos conselheiros em indicar. Conselheiro Camisão coloca como sugestão que as entidades sejam comunicadas, com justificativa da necessidade de participação da mesma em determinada oficina. Presidente Emilene, entende que a sugestão é viável, mas diz que o próprio conselheiro pode manifestar interesse em participar das oficinas junto a entidade representada. Conselheiro Joaquim, seria interessante a participação das entidades que concorreram na eleição do CPDM e que não conseguiram vaga, esse é o primeiro ponto. O segundo ponto é entender o porque de substituir o facilitador por coordenador, já que tem uma grande diferença. Conselheira Débora diz que é apenas uma sugestão, já que antes era um coordenador geral. O que não impede de ter um facilitador na oficina também. Conselheiro Camisão, está me parecendo que a função do facilitador é exatamente a secretaria afim daquele assunto. A proposta tira o peso de um só coordenador geral, mas que cada oficina tenha um coordenador que seja responsável em colocar o assunto para andar e o facilitador é quem reúne as informações, é aquele que tem afinidade com o assunto, é quem trata daquele assunto no dia a dia e aí o facilitador está na figura das secretarias. Conselheiro Paulo Mendes Glória diz que concorda com camisão quando diz que cabe a entidade resolver. Por exemplo, teve oficina que foi colocada como proposta a subsecretaria de pesquisa e desenvolvimento, dizendo que ela é uma parte quanto a questão de mapa, mas ela é muito mais inerente na subsecretaria de controle urbano. Então cabe a SEMDURB definir quem é que participaria, porque pode se parecer ser um determinado setor, mas pode ser outro que está muito mais implicado. Então acho que a entidade é que deve ficar responsável por indicar as pessoas. Presidente Emilene, entendo que dessa forma as conselheiras Débora e Marcela da Secretaria de Habitação pensaram na reformulação em sugestão para os senhores, nós podemos verificar que há uma independência entre as oficinas. Então, dessa forma daremos uma engrenada nos estudos de novos zoneamentos e de revisão de algum zoneamento que precisa de atualização. Presidente Emilene pergunta aos conselheiros se há alguma consideração e aí continuar a apresentação de oficina por oficina. Pergunta ao conselheiro Camisão se a fala dele foi uma proposta. Conselheiro Camisão diz que sim e que as entidades representativas do poder público e da sociedade civil deveriam indicar. Eu disse que além de está na contramão da celeridade que nós precisamos para tocar essas oficinas, que até ir na entidade e retornar, nós enquanto eleitos representantes dessas entidades sabemos da importância da entidade está ou não. Quando eu vou ao CREA eu tenho que fazer um relatório das minhas entidades. Então eu estou sugerindo que nós façamos essa indicação agora, daquilo que nós pudermos fazer. Eu me sinto a vontade de dizer que o CREA deve participar dessa ou daquela. Eu tenho certeza que eu vou comungar da mesma ideia do meu presidente. A minha proposta é que os conselheiros se**

sintam a vontade para fazer essa representação em nome da entidade representada. **Conselheiro Joaquim** sugere que além da SEMDURB e OAB que entrasse também o CREA por ter área de influência em todas as oficinas e também a AGERSA, porque não é uma agência só de água, mas a parte de logística e de transporte. A ideia é que essas duas entidades participem do apoio técnico geral. **Conselheiro Chrispiniano** indica o CETEMAG para participar da oficina nº 05. **Conselheiro Camisão** diz que antes de qualquer indicação tem que fazer a votação da proposta dele. **Conselheiro Marcos Fabre**: me parece que existe discussões eternas sobre a mesma situação. Eu acho que cada um que foi indicado aqui, representa a instituição. Se toda vez que um conselheiro ou outro discordar, tiver que consultar a instituição, isso não procede. Acho que quando uma pessoa se posiciona aqui e que quando do voto do conselheiro, ele está votando pela instituição, não por ele. É obrigação de todo conselheiro prestar conta aos seus pares. Tem que deixar claro que o voto do conselheiro, qualquer posicionamento do conselheiro é pela instituição. Até porque quem foi eleita é a instituição e não a pessoa. A pessoa foi indicada a participar. **Conselheiro Joaquim**: seria interessante que constasse que a instituição foi convidada e não quis participar. Eu acho que o PDM é um embate político. **Conselheiro Marcos Fabre**: todo posicionamento aqui não pode ser pessoal. Eu posso discordar de muita coisa aqui, mas a minha instituição defende esse ponto de vista e eu tenho que votar pela instituição. **Presidente Emilene** encaminha a proposta do conselheiro Camisão, onde as entidades que se fazem representadas no conselheiro terem a liberdade de expressarem sua opinião e dizer que querem fazer parte dessas oficinas. A OAB há muito tempo já manifestou sua vontade e a época não era representada pelo conselheiro Nilton Costa e coincidiu dele ser indicado tanto para o conselheiro, quanto para oficina. **Conselheiro Carlos Camisão** esclarece que o encaminhamento feito pela presidente é a votação da proposta que foi encaminhada por esse conselheiro, para que os representantes das entidades façam a composição das oficinas uma a uma. Que definam aqui as oficinas que as entidades querem participar. **Conselheiro Nilton Costa Filho**, pergunta como foi feita a indicação da estrutura original. Diz querer entender, já que quando da sua indicação ele não fazia parte do conselho. Se foi a própria OAB que indicou seu nome. **Presidente Emilene** disse que sim e retorna a votação verificando que a proposta foi aceita por unanimidade. **Conselheiro Rogério Casaes** indica FAMMOPOCI para participar da oficina nº 01, mesmo o representante da entidade não estando presente nesta reunião, uma vez que faço parte da diretoria da FAMMOPOCI. **Conselheiro Marcos Fabre** demonstrou preocupação de direcionamento de algumas entidades que não fazem parte do conselho a participarem das oficinas. **Conselheiro Joaquim Neiva** diz que a prioridade é para aquelas entidades que se propuseram a participar anteriormente, não para entidades de momento. **Conselheiro Paulo Mendes Glória**, observando haver preocupação dos conselheiros em relação a indicação de algumas entidades a participarem dessas oficinas, esclareceu que o conselho não está direcionando em detrimento de outra, mas quando direciona é por ver que aquela entidade é mais técnica naquele determinado assunto. Acho que isso não seria nenhum prejuízo a sociedade se nós direcionarmos um convite. Convidar as entidades que tem haver com determinada oficina, sem detrimento a qualquer parte da sociedade. Após acordado entre os conselheiros de poder está sugerindo nome de outras entidades que não fazem parte do CPDM a participarem das oficinas, a **Presidente Emilene** encaminha a nova proposta da estrutura das oficinas, onde após as sugestões dos conselheiros ficou da seguinte forma: **OFICINA 01**: Zoneamento Urbano, ficando como Coordenadores: Conselheiro + SEMDURB, com participação da FAMMOPOCI; Foz do Brasil; CREA; ADESA; ACEEL; CRECI e FOMMIPE. Entidades sugeridas: Cadastro Imobiliário; SINDUSCON e Ministério Público. **OFICINA 02**: Desenvolvimento Rural, ficando como coordenadores: ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMAG, com participação do

Conselho Municipal de Agricultura; INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; SEMDEC; SEMDURB; SELITA e IDAF. Entidades sugeridas: INCAPER – Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural e MPA-Movimento Pequenos Agricultores. **OFICINA 03**: Parcelamento do Solo, ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMBURB, com participação do INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; AGERSA; SEMUTHA; ADESA e FAMMOPOCI. Entidades sugeridas: SINDUSCON; Cartório de Registro de Imóveis; CRECI e SEMFA. **OFICINA 04**: Logística, ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMDEF, com participação do Conselho Municipal de Trânsito, Foz do Brasil, SEMDURB, SEMDEC, AGERSA, ACEEL e ADESA. Entidades sugeridas: SINDIROCHAS – Sindicato da Indústria de Beneficiamento de Mármore e Granito. **OFICINA 05**: Proteção Ambiental, ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMMA, com participação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, CETEMAG, ADESA, IDAF – Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal, TRAMIRIM – Instituto de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, SINDIMARMORE, CREA e AGERSA. Entidades sugeridas: IEMA – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Ministério Público. **OFICINA 06**: Desenvolvimento Econômico, ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMDEC, com participação da Foz do Brasil, SEMDURB, CETEMAG, FOMMIPE e AMPE-CI. Entidades sugeridas: SINDUSCON-ES – Sindicato da Indústria da Construção Civil do E. Santo, SINDIROCHAS – Sindicato da Indústria de Beneficiamento de Mármore e Granito, IFES – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do E. Santo, SEMFA e ASCOSUL. **Presidente Emilene** encaminha a proposta de inclusão da oficina nº 07, sugerida pelas conselheiras Débora e Marcela que após exaustiva discussão dos conselheiros fica aceita a proposta, onde após as sugestões para composição da mesma ficou da seguinte forma: **OFICINA 07**: Política Habitacional, ficando como coordenadores: Conselheiro + SEMUTHA, com participação do CREA – Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, SEMDURB, SEMMA – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, FAMMOPOCI - Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares de Cachoeiro de Itapemirim e ADESA. Entidades sugeridas: CRECI – Conselho Regional dos Corretores de Imóveis, CARTÓRIO DE NOTAS, CARTÓRIO DE IMOVEIS, SEMFA - cadastro imobiliário, Defensoria Pública, Ministério Público, com apoio técnico da OAB e SEMDURB. **Conselheiro Carlos Camisão** acha interessante agendar datas das reuniões das oficinas o mais rápido possível, já que são oficinas independentes. **Presidente Emilene** vê a necessidade dos coordenadores agendar essas reuniões, e que até a próxima reunião que será dia 15 de dezembro apresentem algum resultado, já que é a última reunião do ano. **Conselheira Débora** entende o que o conselheiro Camisão quis dizer quanto a urgência dessa reuniões e sugere sair daqui com as reuniões agendadas. **Conselheiro Rogério** concorda com Débora já que uma é independente da outra. **Conselheiro Paulo Mendes** acha difícil dizer agora e deixar para cada coordenador da oficina agendar uma data e comunicar aos participantes. **Presidente Emilene** diz que em dez dias essas reuniões tem que acontecer. Diz que irá comunicar aos coordenadores das oficinas sobre a urgência das reuniões e que encaminhará também a nova estrutura das oficinas. **Conselheiro Carlos Camisão** sugere que para a próxima reunião todas as oficinas tenham se reunido. **Presidente Emilene** diz que se responsabiliza de comunicar as secretarias que não estão aqui presente sobre a urgência das reuniões e determinar prazo. **Presidente Emilene** apresenta o último ponto da pauta referente a distribuição do processo protocolizado sob nº 43726/2011, que tem como requerente a CLARO S/A. Após leitura do recurso da Claro observou que essa empresa de telefonia pede alteração dos artigos 194 e 196 do PDM, em virtude de inviabilização de implantação de torre de telefonia no município de Cachoeiro. Tenho como sugestão que fosse encaminhado ao mesmo grupo que irá estudar sobre o processo da DIOCESE. **Conselheiro Joaquim**, diz acatar a sugestão da presidente, mas que alguém da CLARO comparecesse a reunião para explicar ao CPDM. **Conselheiro Camisão** diz que o pe-

didado deles é da mesma natureza da diocese. Então acho que deveríamos formar um GT, fazer um encaminhamento de formação de grupo de trabalho e vê se envolve interesse de outros, assim como o da DIOCESE. Ou seja, não só olhar para a DIOCESE e CLARO, mas olhar para os demais, o que for decidido para um, vai ter uma repercussão jurídica em todos. Então sugiro que votem a formação do grupo. **Presidente Emilene** diz ter quorum para votação da escolha desse grupo e faz leitura do recurso na íntegra. Em seguida é feita a indicação dos conselheiros para compor o grupo, ficando da seguinte forma: CREA, ACEEL, FAMMOPOCI, ADESA, AGERSA e OAB. O coordenador fica por conta do CREA e relator a OAB. O processo foi entregue ao conselheiro Ronio Linhares de Oliveira. **Presidente Emilene** informa a todos que já conhecem bem o regimento interno do CPDM, dizendo que três reuniões seguidas com faltas a entidade está fora. Então comunico aos srs. que a Associação do Coronel Borges com a reunião de hoje já tem quatro faltas. Estarei comunicando através de ofício a exclusão da entidade junto ao CPDM. Encerra-se a reunião às 18:00 horas.

- 01) Emilene Rovetta da Silva
Débora Maria Moura Carias
- 02) Delandi Macedo
Fabiana Ramos Dias Caçador
- 03) Ricardo Coelho de Lima
Luiz Rogério Ramos Casaes
- 04) Joaquim Neiva de Rezende Junior
- 05) Antônia Marcela Minto
- 06) Ludmila Machado Lima
- 07) Roberto Colodete
- 08) Yuri Gagarin Sabino
- 09) Paulo César Mendes Glória
Wando Alves Pereira
- 10) Nilton Costa Filho
- 11) Aguinaldo José Grillo
Amarildo Siqueira de Oliveira
- 12) Carlos Heugênio Duarte Camisão
Ronio Linhares de Oliveira
- 13) Isabela Romanelli Garschagem
- 14) Juarez Monteiro Albernaz
- 15) Carlos Roberto Rabelo
- 16) Marcos Antônio Lemos Fabre
- 17) Chrispiniano Francisco dos Reis
- 18) Cora Augusta Duarte Aguietas
- 19) Ronaldo Stelzer Bindaco
- 20) Guilherme Thompson de Mendonça

Conselho do Plano Diretor Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

Biênio 2011-2013 Reunião Ordinária

Ata n.º 66 do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Presidência da conselheira Emilene Rovetta da Silva, aos 15 dias do mês de dezembro de 2011, às 15:30 horas, no Auditório da Câmara Municipal para reunião extraordinária. **Estavam presentes os seguintes conselheiros:** 1) Emilene Rovetta da Silva e Débora Maria Moura Carias, SEMGES; 2) Fabiana Ramos Dias Caçador, SEMMA; 3) Ricardo Coelho de Lima e Luiz Rogério Ramos Casaes, SEMDEC; 4) Joaquim Neiva de Rezende Junior, SEMAC; 5) Antônia Marcela Minto, SEMUTHA; 6) Yuri Gagarin Sabino, AGERSA; 07) Wando Alves Pereira, SEMDURB; 08) Carlos Heugênio Duarte Camisão e Ronio Linhares de Oliveira, CREA; 09) Juarez Monteiro Albernaz, ACISCI; 10) Flávio Figueiredo Flicks e Carlos Roberto Rabelo, ADESA; 11) Marcos Antônio Lemos Fabre, ACEEL. 12) Chrispiniano Francisco dos Reis, CETEMAG; 13) Cora Augusta Duarte Aguietas, DIOCESE; 14) Jayro de Freitas Di Giórgio, SINDUSCON; 15) Guilherme Thompson de Mendonça, DEFESA SOCIAL; 16) Leandro Vianna Silva Souza, IFES; 17) Laudemir Rangel Rodrigues, FAMMOPOCI; 18) Maria Helena Cricco Neves, ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO BAIRRO CORONEL BORGES e 19) Marco Antônio Carvalho de Oliveira, SEMAG. **Ausentes os representantes da ASCOSUL, SINDIMÁRMORE, OAB, CÂMARA MUNICIPAL, IDAF, SEBRAE e SEMO. Ausentes com justificativa:** SINDICATO DOS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE e ASSOCIAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. **A Presidente Emilene** inicia a reunião com verificação de quorum e em seguida coloca em votação o primeiro ponto da pauta sobre a aprovação da ata nº 65. **O Conselheiro Jayro Di Giórgio** solicitou correção da ata. **Presidente Emilene** e demais conselheiros acataram o pedido do Conselheiro Jayro, suspendendo a aprovação da ata que será apresentada na próxima reunião. **Presidente Emilene** pergunta aos conselheiros se pode ser feita alteração da pauta, propondo que o segundo ponto da pauta, referente a apresentação do relatório da Oficina nº 01 e 03 seja após a apresentação da Oficina nº 07. Todos concordaram. Na sequência **Presidente Emilene** apresenta o terceiro ponto da pauta, solicitando a apresentação do relatório da Oficina nº 04, sobre logística. **O Conselheiro Yuri** inicia a apresentação informando que o capítulo X - Do Sistema Viário estabelece diretrizes para os planos, programas, normas e projetos referentes ao sistema viário - circulação de veículos e pedestres. O grupo de trabalho Buscou definir o raio de ação da oficina de forma mais ampla, incorporando as dimensões/funções do Sistema Viário, de Transporte e Trânsito aplicadas ao Planejamento Urbano e Regional. Informou sobre o plano de trabalho, onde o grupo definiu elaborar um plano de trabalho com os seguintes elementos básicos: **Objetivos Gerais:** Revisar e identificar demandas relativas ao capítulo Sistema Viário do PDM. De forma mais ampla, incorporando as dimensões/funções do Sistema Viário, de Transporte e Trânsito aplicadas ao Planejamento Urbano e Regional. **Entidades Participantes:** SEMDEF, Conselho Municipal de Trânsito, Foz do Brasil, SEMDURB, SEMDEC, AGERSA, ACEEL, ADESA e SINDIROCHAS. **Representantes:** Adriana Cardoso Silva (Foz do Brasil), Cristiane Jussim Louzada (SEMDEC), Edvaldo da Silva Ramos (SINDIROCHAS), Emilene Rovetta da Silva (Presidente CPDM), Flávio Figueiredo Fricks (ADESA), Guilherme Thompson Mendonça (SEMDEF) Coordenador Marcos Antônio Adriano (Conselho Municipal de Trânsito), Marcos Antônio Lemos Fabre (ACEEL), Marco Aurélio Boggado Faria (SEMDURB), Nadir de Paula Fricks (ADESA) e Yuri Sabino (AGERSA) Coordenador. **Objetivos Específicos:** Identificar pendências de regulamentação do Plano Diretor Municipal; Identificar espaços públicos (pólos de geração de viagens); Identificar investimentos anunciados ou planejados que causem impacto sobre o sistema viário da cidade; Contribuir com sugestões para o planejamento do transporte coletivo urbano e distrital; Contribuir com sugestões para o planejamento do trânsito/tráfego do município; Contribuir com sugestões ao Termo de Referência do Pla-

no Diretor de Transporte e Mobilidade Urbana. A **metodologia de trabalho, grupos de trabalho, temas/assuntos** ainda serão explicitadas no Plano de Trabalho. **Produtos Finais:** Todos os trabalhos gerado pela oficina serão apresentados sob a forma de relatório de trabalho (ou formato de paper/texto para discussão) com referências e créditos. Serão encaminhados aos membros do Conselho do PDM e demais instâncias envolvidas na solução dos problemas. **O quarto ponto da pauta**, referente a apresentação do relatório da Oficina nº 05 foi apresentado pela **Conselheira Fabiana**, ficando da seguinte forma: **Objetivo:** Revisar as Seções II (das Áreas de Interesse Ambiental); III (das Zonas de Proteção Ambiental); IV (da Declaração de Áreas de APP); artigo 244 da Subseção IV, Seção IV (dos Índices Urbanísticos) e o artigo 288 do Título V (do Parcelamento do Solo), do Plano Diretor, e propor alterações. Aos 07 (sete) dias do mês de dezembro do corrente ano, às 14 horas, reuniram-se no Auditório da Secretaria de Meio Ambiente os seguintes integrantes que compõem a Oficina: Fabiana Ramos Dias Caçador (coordenadora - SEMMA), Dayvson Dansi (colaborador - SEMMA), Valério Raimundo (Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA), Chrispiniano Reis (CETE-MAG), Flávio Figueiredo Fricks (ADESA). Estavam ausentes os representantes do IBAMA, IDAF, AGERSA, CREA, SINDIMÁRMORE E TRAMIRIM. Apresentaram justificativa de ausência o representante titular do CREA, Carlos Camisão, pois estaria participando de outra oficina neste mesmo horário e solicitou que fosse feito contato com seu suplente, o que foi feito através de e-mail; a representante do TRAMIRIM não pode comparecer pois tinha compromisso e os representantes do IBAMA também tinham compromissos agendados para esta data. O representante do CMMA, Valério Raimundo, sugeriu previamente a participação da Defesa Civil, por ser uma órgão público que atua diretamente nas áreas de risco do Município e estas estão diretamente relacionadas ao temas tratados na oficina. Dessa forma, o representante da Defesa Civil Thiago Furtado também estava presente nesta reunião. Nesta primeira reunião foram apresentados os artigos objeto da revisão para conhecimento dos integrantes e discutidas as alterações que necessitam ser feitas. Conforme as discussões percebeu-se o consenso de que para as alterações necessárias há necessidade de estudos técnicos e audiências públicas. Exigências previstas na Lei federal nº 9985/2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual possui categorias de proteção que contemplam todas as formas previstas no plano diretor municipal, por isso foi sugerido que o sistema fosse adotado como forma de zoneamento das áreas naturais ou protegidas. A Defesa Civil destacou que atualmente o Município possui um levantamento de apenas 20 (vinte) áreas de maior risco, mas sem maiores detalhamentos da situação. Entretanto, possui um projeto de Mapeamento das áreas de risco de todo Município, com previsão de início em 2012 e duração de um ano, com recurso já disponível. Este levantamento abrangerá um maior detalhamento de informações e poderá ser utilizado como fonte de informação para os trabalhos da oficina, principalmente no assunto referente às Áreas de Preservação Permanente, no tocante à definição de seus limites. Foram mencionados artigos constantes de outras seções do Plano Diretor como o art. 244, que dispõe sobre o afastamento em fundo de lotes nas margens do rio Itapemirim e demais cursos hídricos. Além disso, é necessário analisar a seção VI (da Zona de Uso Especial), pois trata também da Zona de Proteção Ambiental – ZPA. Foi encaminhado por e-mail para os membros da oficina os artigos do Plano Diretor referentes ao assunto. Dessa forma, após as discussões, foi agendada nova data para que os integrantes da oficina elaborassem o cronograma das atividades. Esta nova data foi marcada para o dia 12/12/11, às 14h30 no auditório da SEMMA. Entretanto, somente compareceu o representante de ADESA e do CREA. Portanto, não foi possível elaborar o cronograma para apresentação na reunião do Conselho do Plano Diretor no dia 15/12. Então, este grupo comunica que uma nova data será agendada com os integrantes da Oficina, entre os dias 19/12 e 23/12, pra que sejam estabelecidos os prazos necessários dos estudos pertinentes. Por fim, este grupo comunica ao Conselho do Plano Diretor Municipal quanto a inserção do novo participante sugerido ao grupo. **Notas de reunião: Data:** 22/12/2011; **Assunto:** Estabelecer cronograma com as atividades da oficina de proteção ambiental; **Local:** Auditório da

SEMMA; **Resultados e encaminhamentos:** 1.Reuniram-se no Auditório da Secretaria de Meio Ambiente os seguintes integrantes que compõem a Oficina: Fabiana Ramos Dias Caçador (coordenadora - SEMMA), Dayvson Dansi (colaborador - SEMMA), Valério Raimundo (Conselho Municipal de Meio Ambiente - CMMA) e Roni (CREA). Estavam ausentes os representantes do IBAMA, CETEMAG, IDAF, AGERSA, ADESA, SINDIMÁRMORE E TRAMIRIM. 2.Teve como objetivo definir as ações necessárias e o cronograma para a revisão da parte de proteção ambiental do Plano Diretor; **Cronograma:** Janeiro e Fevereiro: Levantamento da legislação relativa e do mapeamento de proteção ambiental, incluindo hidrográfico; Diagnóstico da situação observada a partir dos dados coletados. Março: Formalizar consulta ao Conselho de Meio Ambiente mostrando o diagnóstico e prognóstico. Abril: Propor as adequações da legislação municipal. Junho: Proposta/Discussão com outros grupos de zoneamento. Julho e agosto: Texto final e apresentação.” **O quinto ponto da pauta** referente a apresentação do relatório da Oficina nº 06 foi apresentado pelo Conselheiro Ricardo Coelho, na seguinte forma: **Objetivo:** Revisar os capítulos do PDM que tratam do Desenvolvimento Econômico, assim como a revisão das CNAEs e MEIs constantes no Anexo nº 14 - 14A da Lei 5890/2006 que dispõe sobre o PDM – Plano Diretor Municipal. **Coordenadores:** Ricardo Coelho de Lima - Conselheiro CPDM; Cristiane Louzada Jussim - representante da SEMDEC. **Etapas 1.1** – Definição do Cronograma dos trabalhos da Oficina: **Ações:** Reunião do Fommipe para apresentação apresentação do objetivo da Oficina e elaboração do plano de trabalho; Formação do GT para elaboração dos trabalhos da Oficina; Revisão da Legislação atual do PDM que trata o Desenvolvimento Econômico (essa ação acontecerá em sincronia com a Oficina nº 01 que trata a revisão dos zoneamentos e expansão do perímetro urbano); Revisão da Legislação atual do PDM que trata o Turismo ; Revisão da Legislação atual do PDM que trata o setor de Ciência e Tecnologia; Revisão das CNAES e MEI; Consolidação das Propostas e Encaminhamento da Proposta ao CPDM. Todas ações com data e local definido ou a confirmar. **Etapas 1.2** – Definição das atribuições e responsabilidades da equipe de trabalho. **Etapas 1.3** – Distribuição dos Trabalhos no grupo; **Etapas 1.4** – Calendário das Reuniões. **Etapas 2** – Revisão da legislação do PDM atual, informações técnicas e diagnóstico dos conflitos. **Etapas 3** – Revisão das classificações dos CNAEs e MEIs constantes no Anexo 14 da Lei 5890/2006 que dispõe sobre o PDM – Plano Diretor Municipal. **Etapas 4** – Relatório com descrição das propostas apontadas por essa oficina, contendo identificação e descrição das ações. **O sexto ponto da pauta**, referente ao relatório da Oficina nº 07 foi apresentado pelas **Conselheiras Débora e Marcela**, na seguinte forma:1. **Objetivo:** Revisar os capítulos IV ao VI do PDM (Da Função Social da Propriedade, Das Políticas de Terras Públicas e Habitação e Da Política de Regularização Fundiária). **Participantes** : CREA , SEMDURB, SEMMA, FAMMOPOCI, ADESA, CRECI, Cartório de imóveis, SEMFA - cadastro imobiliário, Defensoria Pública e Ministério Público. **METODOLOGIA, ETAPAS E PRODUTOS.** 1.1. **Etapas 1** – **Metodologia;** 1. A estrutura de coordenação e organização dos trabalhos: Nome dos Coordenadores: Conselheiro: Débora Maria Moura Carias SEMUTHA: Antônia Marcela Minto; 2. As atribuições e responsabilidades da equipe de trabalho; 3. O cronograma das atividades; Número de reuniões (previsão): Da Função Social da Propriedade = 2 reuniões; Das Políticas de Terras Públicas e Habitação= 4 reuniões; Da Política de Regularização Fundiária= 4 reuniões; 1.1. **Etapas 2** – **Diagnóstico:** Deverão ser realizados levantamentos de dados e informações técnicas abrangendo todo perímetro. 1.1 **Etapas 3** – **Estratégias de Ação:** A etapa de Elaboração da ação, para cada problema identificado durante a Etapa 2 – “Diagnóstico”, deverão ser apresentados itens, os quais devem ser discutidos. 3. **Produto final:** Relatório com descrição das propostas metodológica , com todos os conteúdos descritos acima, contendo identificação e descrição das ações. 4. **CRONOGRAMA FÍSICO:** A previsão é de iniciar os trabalhos com discussões sobre os temas em janeiro e término em maio, ficando o mês de junho para ajustes e finalizações. DEZEMBRO: 05 (1ª reunião); JANEIRO: 13 e 27; FEVEREIRO:10 e 23; MARÇO:9 e 23; ABRIL:13 E 27; MAIO:11 e 18; JUNHO:1 e 15. **O segundo ponto** da pauta que havia sido alterado para ser apresentado depois, que trata sobre a apresentação das Oficinas nº 01 e 03 ficou por

conta do **Conselheiro Wando** que apresentou atas das reuniões da Oficina nº 01, sobre Expansão e Zoneamento Urbano, que aconteceram nos dias 07 e 14 de dezembro, na seguinte forma: **Ata n.º 01 da Oficina 01** do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Coordenação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Paulo César Mendes Glória, aos 07 dias do mês de dezembro de 2011, às 15:30 horas, no Gabinete da Secretaria para reunião. Estavam presentes: 1) Paulo César Mendes Glória, SEMDURB 2) Flávio G. Tannuri, MP/ES, 3) Rogério Grillo Reis, FOMMIPE; 4) Leandro Hemerly R. Silveira, SEMFA; 5) Carlos Heugênio D. Camisão, CREA/ES; 6) Carlos Roberto Rabelo, ADESA; 7) Luciano M. Coutinho, SEMDURB; 08) Wando Alves Pereira, SEMDURB e 09) Ilvене Marise R. dos Santos, SEMDURB. O Coordenador, Secretário Paulo César Mendes Glória inicia a reunião fazendo a apresentação do assunto e em seguida informa que a **metodologia** é fazer análise crítica do PDM iniciando pelas reclamações existentes. Ficou decidido por unanimidade que a **próxima reunião** acontecerá no dia 14 de dezembro de 2011, às 09:30 horas. Decidiu-se também que todas as reuniões serão na parte da manhã. Abordado o tema Zona de expansão, ficou acordado que todos os presentes receberão por email a Lei do PDM, e que estudarão a Seção III, Do Zoneamento Urbano, à partir do artigo 174 ao 215 e que a meta é dividir em tarefas para que na próxima reunião o assunto possa ser tratado com mais conhecimento. Falou da necessidade de garantir a presença do Ministério Público e Instituto Jones dos Santos Neves. Esclareceu que por via legal, a alteração do PDM deveria partir da SEMDURB, via CPDM, onde a análise técnica tem que partir da secretaria. Pede que seja encaminhado por email a lei do PDM para os presentes. Secretário comentou sobre a importância da expansão do Zoneamento Urbano. Criar novas zonas de uso ou ampliar as existentes. Rogério Grillo fala da necessidade de estabelecer zonas de uso em direção a Safra, Morro Grande, Rodovia do Contorno e outros com objetivo de atender as atividades de indústrias, comércios e serviços que estão se instalando no município, evitando assim um crescimento desordenado. Carlos Camisão concorda com Rogério Grillo. Secretário informa que o município fará abertura de novas vias urbanas. Outros assuntos como: poste de energia no meio de calçadas, telefonia celular e acessibilidade também foram abordados. O conselheiro Carlos Camisão justifica a impossibilidade de comparecimento no dia 14 de dezembro e comunica que solicitará o comparecimento de seu suplente. Foi solicitado ao conselheiro Leandro Hemerly que envie por e-mail ou traga na próxima reunião o trechamento das vias de Cachoeiro. O Secretário agradece a presença de todos. Encerra-se a reunião às 17:37 horas. **Ata n.º 02 da Oficina 01** do Conselho do Plano Diretor Municipal, que se reúne sob a Coordenação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano, Paulo César Mendes Glória, aos 14 dias do mês de dezembro de 2011, às 9:30 horas, no Gabinete da Secretaria. Estavam presentes: 1) Paulo César Mendes Glória, SEMDURB; 2) Flávio G. Tannuri, MP/ES, 3) Rogério Grillo Reis, FOMMIPE; 4) Leandro Hemerly R. Silveira, SEMFA; 5) Marcos Antonio Lemos Fabre, ACEEL; 6) Adriana Cardoso da Silva, Foz do Brasil; 7) Luciano Quirino Freitas, SEMDURB; 08) Sônia Cristina Freciano, SEMDURB; 09) Agnaldo Piazzarolo, FOMMIPE; 10) Maxwell Payer, SEMFA e 11) Ilvене Marise R. dos Santos, SEMDURB. O Coordenador, Secretário Paulo César Mendes Glória inicia a reunião fazendo um resumo da reunião anterior e em seguida deu continuidade ao assunto. Sugere que para agilidade de resultados o grupo deverá ser dividido em equipes. Todos concordaram. Fala das classificações, subclassificações e outros relacionados ao tema. Agnaldo Piazzarolo, membro da FOMMIPE – Fórum Municipal das Micro e Pequenas Empresas informam que em reunião desse Fórum abordou-se sobre a classificação nacional das atividades econômicas – CNAE. Observou que esse assunto tem ligação direta com a oficina de zoneamento urbano. Dessa forma viu a importância de participar dessa oficina, uma vez que existe conflito entre o PDM e Meio Ambiente em relação ao código florestal. Secretário Paulo acha necessária a participação do Meio Ambiente nessa oficina. Promotor Flávio Tannuri esclarece quanto a hierarquia de leis, dizendo que a lei federal é superior a estadual que por sua vez é superior a municipal. Promotor cita como exemplo o Rio Itapemirim, esclarecendo que a justiça manda demolir quando edifica-se em área de preservação. Agnaldo diz que quando existe conflito entre as leis acaba inviabilizando a instalação de alguma atividade. Sônia Freciano diz que além de chamar o Meio Ambiente para participar das reuniões, deveria chamar também o INCRA. Secretário diz que irá fazer convite por assuntos setoriais e que a ideia é ir chamando aos poucos. Agnaldo diz que está preparado para dar resposta em 02 dias. Secretário pergunta quanto a necessidade do Meio Ambiente participar de todas as oficinas. Marcos Fabre, membro da ACEEL acha importante a participação, mas quando necessário. Se não a reunião deixa de ser produtiva. Promotor concorda e diz que no caso de dúvida pergunta a secretaria afim. Secretário diz que na divisão do grupo será visto essa necessidade. Em seguida começa a leitura dos artigos com sugestão de alteração. Após muita discussão verificou a necessidade de alteração nos artigos 168, 169 e 170, que no avançar da hora decidiu-se dividir em quatro grupos para estudar parte da Lei 5.890/06 - PDM para a **próxima reunião** que será dia 07 de março de 2012. O grupo foi dividido da seguinte forma: Grupo 01 formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, Cadastro Imobiliário, Foz do Brasil e SEMDURB com a responsabilidade de estudar sobre: SEÇÃO I - DA ORDENAÇÃO DO TERRITÓRIO MUNICIPAL; Grupo 02 formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, ACEEL e SEMDURB com a responsabilidade de estudar sobre: SEÇÃO II - DO REGIME URBANÍSTICO; Grupo 03 formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, ADESA, FOMMIPE e SEMDURB com a responsabilidade de estudar sobre: SEÇÃO III - DO ZONEAMENTO URBANO - SUBSEÇÃO I - DA CLASSIFICAÇÃO DE USOS URBANOS - SUBSEÇÃO II - DAS ATIVIDADES IMPACTANTES: DOS TEMPLOS RELIGIOSOS, ESCOLAS, HOSPITAIS, SANATÓRIOS, HOTÉIS, BIBLIOTECAS E CASAS DE REPOUSO, DOS POSTOS DE ABASTECIMENTO E DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS, DAS INSTALAÇÕES ESPECIAIS DAS ESTAÇÕES DE RADIOCOMUNICAÇÃO, DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES, DAS TORRES DE TRANSMISSÃO DE ALTA TENSÃO, DAS TORRES DE TELEFONIA CELULAR - SUBSEÇÃO III - DAS ATIVIDADES, PRÉDIOS E INSTALAÇÕES DESCONFORMES e SUBSEÇÃO IV - DAS ZONAS DE USO. Grupo 04 formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, FOMMIPE e SEMDURB. O Secretário agradece a presença de todos. Encerra-se a reunião às 11:30 horas. Assim, como também apresentou atas das reuniões da Oficina nº 03, sobre Parcelamento do Solo, que aconteceram nos dias 08 e 15 de dezembro, na seguinte forma: **Ata n.º 01 da Oficina 03**, grupo de estudo da revisão do tema parcelamento do solo, que se reúne sob a Coordenação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEMDURB, Paulo César Mendes Glória, aos 08 dias do mês de dezembro de 2011, às 15:30 horas, no Gabinete da SEMDURB. Estavam presentes: 1) Paulo César Mendes Glória, SEMDURB, 2) Wando Alves Pereira, SEMDURB, 3) Flávio G. Tannuri, MP/ES, 4) Sônia Cristina Freciano, SEMDURB, 5) Edith Calabrez Grola, SEMFA (Cadastro imobiliário), 6) Luiz Carlos Tófan, CRECI, 7) Pedro G. Oliveira, CARTÓRIO REGISTRO DE IMÓVEIS - 1ª ZONA, 8) Robson dos Santos, CARTÓRIO REGISTRO DE IMÓVEIS - 1ª ZONA, 9) Carlos Roberto Rabelo, ADESA e 10) Ilvене Marise R. Santos, SEMDURB. O Coordenador Secretário Paulo César Mendes Glória inicia a reunião esclarecendo sobre o objetivo dessa oficina de estudo. Informa sobre assuntos importantes que deverão ser tratados nessa oficina. O primeiro ponto sobre regularização fundiária e loteamentos clandestinos. Diz da importância do Ministério Público participar desses estudos, já que existe a situação de loteamento clandestino, dificultando assim a oportunidade do proprietário possuir a escritura do terreno devidamente registrada e consequentemente atrapalhando o mercado da construção civil. O Promotor Público, Sr. Flávio G. Tannuri comenta sobre as construções na margem do Rio Itapemirim e menciona o código das águas, da necessidade de estudo hidrológico para saber se a pessoa está invadindo ou não. Esclarece que o Rio Itapemirim é estadual. Diz poder haver usucapião em terrenos à margem do Rio, desde que obedeça os afastamentos exigidos. O Secretário Municipal, Paulo C. Mendes Glória apresenta o segundo importante que trata do cadastro multifinalitário, dizendo como seria importante o cadastro para o município, já que todos poderiam ter acesso. Seria bom para tarificação, fiscalização e outros já que o programa é alimentado por todas as informações possíveis. Crê que no próximo ano o município vai conseguir implantar o cadastro. Diz ser um grande avanço para o município e que sem

esse cadastro fica difícil administrar. Fala sobre loteamento, desmembramento, rememoração e ZEIS. Propõe tarefas de estudo para a **próxima reunião** que será realizada no dia 15 de dezembro de 2011, às 9:30 horas, por conta da participação do Ministério Público e Instituto Jones dos Santos Neves. O Promotor acha interessante a participação do Instituto por ter experiência com outros municípios. Diz existir preocupação com área de encosta e área de preservação permanente. Comenta sobre a rua do Instituto Estadual de Saúde Pública - CRE (Centro Regional de Especialidades) que está caindo. O secretário informa que já providenciou o levantamento topográfico desta área, atendendo solicitação do Ministério Público. Carlos Alberto da ADESA fala sobre preocupação onde o proprietário perde o direito. O Promotor fala da importância de ser ter ótica jurídica sobre o assunto. O Secretário fala sobre o estatuto da cidade e dos instrumentos do Plano Diretor que podem ser utilizados para resolver série de problemas. Assim como, IPTU progressivo, CDRU (Concessão do Direito Real de Uso) e outros. Diz que a ideia é aproveitar a oficina, como fórum permanente. Oferece como proposta de estudo uma divisão em etapas. À começar pelo título V, a partir do art. 278, da lei 5.890/06 - PDM. Outros assuntos foram abordados, assim como a questão de ruídos. Se o código de posturas aborda sobre carro de som e se a guarda municipal pode tomar alguma medida. O Secretário agradece a presença de todos. Encerra-se a reunião às 17:37 horas. **Ata n.º 02 da Oficina 03**, grupo de estudo da revisão do tema parcelamento do solo, que se reúne sob a Coordenação do Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano - SEMDURB, Paulo César Mendes Glória, aos 15 dias do mês de dezembro de 2011, às 9:30 horas, no Gabinete da SEMDURB. Estavam presentes: 1) Paulo César Mendes Glória, SEMDURB, 2) Flávio G. Tannuri, MP/ES, 3) Sônia Cristina Freciano, SEMDURB, 4) Luciano Quirino Freitas, SEMDURB, 5) Luiz Carlos Tófano, CRECI, 6) Carlos Roberto Rabelo, ADESA, 7) Sílvio Cantero Marino, SEMUTHA, 8) Yuri Sabino, AGERSA e 09) Ilvене Marise R. Santos, SEMDURB. O Coordenador Secretário Paulo César Mendes Glória inicia a reunião esclarecendo sobre o objetivo dessa oficina de estudo e logo em seguida distribui as tarefas em divisão de grupos, para estudar parte Lei 5.890/06 - PDM para a **próxima reunião** que será dia 08 de março de 2012. Todos concordaram, ficando a formação dos grupos da seguinte forma: **Grupo 01** formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, AGERSA e SEMDURB, que terá a responsabilidade de estudar sobre: **SEÇÃO I - DOS REQUISITOS URBANÍSTICOS PARA LOTEAMENTOS e SEÇÃO II - DO PROJETO DE LOTEAMENTO.** **Grupo 02** formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, SEMUTHA e SEMDURB, que terá a responsabilidade de estudar sobre: **SEÇÃO III - DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DE LOTEAMENTO e SEÇÃO IV - DO PROCESSO DE APROVAÇÃO DO DESMEMBRAMENTO E DO REMEMBRAMENTO e Grupo 03** formado pelas seguintes entidades: Ministério Público, ADESA, CRECI e SEMDURB, que terá a responsabilidade de estudar sobre: **SEÇÃO V - DA FISCALIZAÇÃO, SEÇÃO VI - DA NOTIFICAÇÃO E VISTORIA e SEÇÃO VII - DO ALVARÁ.** O Secretário agradece a presença de todos. Encerra-se a reunião às 10:30 horas. **O sétimo ponto da pauta** sobre o artigo 180 ficou para a próxima reunião já que o grupo de Trabalho pediu mais prazo para apresentação. **O oitavo ponto da pauta**, referente a proposta de alteração dos artigos 194 e 196 do PDM, solicitado pela Claro, empresa de telefonia celular, será assunto da próxima reunião, já que o Grupo de Trabalho responsável em estudar a proposta ficou de preparar o relatório da análise feita pelo grupo. No fechamento da reunião a **Presidente Emilene** apresenta o **nono ponto da pauta** informando sobre a necessidade de substituir a entidade da Associação dos Moradores do Bairro Cel. Borges pela Associação dos Moradores do Bairro Amarelo, já que de acordo com o regimento interno em seu art. 33 diz: "I - Será dispensada, automaticamente, a Instituição ou o Órgão cujo representante ou seu suplente não comparecerem a 3 (três) sessões ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, no exercício de 1 (um) ano. II - O Órgão ou a Instituição, por intermédio de seu representante, terá prazo de 5 (cinco) dias para justificar sua ausência por escrito, a contar da data da reunião em que se verificou as faltas consecutivas ou alternadas nos moldes do inciso anterior." Informou também que a AMOBAM indicou os nomes dos representantes que irão fazer parte do CPDM. Que o Presidente da Associação das Micro e Pequenas Empresas solicitou a substituição do suplente da entidade, assim como também o Conselheiro Guilherme Thompson indicou nome para substituição da suplência da Defesa Social junto ao CPDM. Encerra-se a reunião às 18:00 horas.

- 01) Emilene Rovetta da Silva _____
 Débora Maria Moura Carias _____
- 02) Fabiana Ramos Dias Caçador _____
- 03) Ricardo Coelho de Lima _____
 Luiz Rogério Ramos Casaes _____
- 04) Joaquim Neiva de Rezende Junior _____
- 05) Antônia Marcela Minto _____
- 06) Yuri Gagarin Sabino _____
- 07) Wando Alves Pereira _____
- 08) Carlos Heugênio Duarte Camisão _____
 Ronio Linhares de Oliveira _____
- 09) Juarez Monteiro Albernaz _____
- 10) Flávio Figueiredo Fricks _____
 Carlos Roberto Rabelo _____
- 11) Marcos Antônio Lemos Fabre _____
- 12) Chrispiniano Francisco dos Reis _____
- 13) Cora Augusta Duarte Aguiéiras _____
- 14) Jayro de Freitas Di Giórgio _____
- 15) Guilherme Thompson de Mendonça _____
- 16) Leandro Vianna Silva Souza _____
- 17) Laudemir Rangel Rodrigues _____
- 18) Maria Helena Cricco Neves _____
- 19) Marco Antônio Carvalho de Oliveira _____

COMISSÃO DE LICITAÇÃO**REALIZAÇÃO DO CERTAME LICITATÓRIO**

O Município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, através da Comissão Municipal de Licitação, torna público a realização do certame licitatório, conforme segue:

Pregão nº. 040/2012

Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza e Higienização – Registro de Preços.

Dia: 09/04/2012 - **Hora:** 10:00 horas.

Local: Av. Brahim Antônio Seder, nº. 34 / 2º. andar – Centro, Ed. Centro Administrativo “Hélio Carlos Manhães” (antigo SESC) Cachoeiro de Itapemirim. O Edital completo à disposição na Sede da Coordenadoria Executiva de Licitação e na home page: www.cachoeiro.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 21/03/2012.

GEORGE MACEDO VIEIRA
Pregoeiro Oficial

ATOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL**AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 02/2012**

Pregão Presencial nº. 02/2012

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto:

Contratação de empresa para fornecimento e administração de vale alimentação por cartão magnético de débito.

Credenciamento: das 09h00 às 09h30 do dia 11 de abril de 2012
Início da sessão: 09h30 do dia 11 de abril de 2012

O Edital poderá ser obtido na Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, na rua Barão de Itapemirim, nº 05, Centro, Cachoeiro de Itapemirim, ou no SITE: www.cmci.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim, 22 de março de 2012.

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA LACERDA
Pregoeiro Oficial

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2012

Pregão Presencial nº. 03/2012

A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim/ES torna público a realização de licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto:

Contratação de empresa para fornecimento de gêneros alimentícios para entrega imediata.

Credenciamento: das 09h00 às 09h30 do dia 13 de abril de 2012
Início da sessão: 09h30 do dia 13 de abril de 2012

O Edital poderá ser obtido na Câmara Municipal de Cachoeiro de

Itapemirim/ES, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, na rua Barão de Itapemirim, nº 05, Centro, Cachoeiro de Itapemirim, ou no SITE: www.cmci.es.gov.br.

Cachoeiro de Itapemirim, 22 de março de 2012

MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA LACERDA
Pregoeiro Oficial

IPACI**PORTARIA Nº. 056/2012**

CONCEDE BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA A SERVIDORES.

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, resolve:

Art. 1º - Conceder auxílio-doença, nos termos do Artigo 32, § 1º da Lei nº 5.724/2005, aos servidores municipais relacionados, conforme avaliação da perícia médica exarada nos seguintes processos:

Servidor	Cargo	Lotação	Licença		Protocolo
			Duração/início		
Jovair Colombino	Cavouqueiro III A 05 F	SEMO	52 dias	10/03/2012	6061/2012
Luiz Carlos Rogério	Motorista IV B 08 G	SEMO	53 dias	09/03/2012	5525/2012

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, com efeitos retroativos as datas de inícios da concessão do benefício auxílio-doença.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 15 de março de 2012.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

PORTARIA Nº. 057/2012

CONCEDE ALTA DO BENEFÍCIO AUXÍLIO-DOENÇA

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições delegadas através da Lei nº 5.972/2007 e do Decreto nº. 19.208/2009, resolve:

Art. 1º - Conceder alta do benefício auxílio-doença, nos termos do Artigo 32, §2º, da Lei nº 5.724/2005, à servidora municipal **TÂNIA MARIA SILVÉRIO LIMA**, Recepcionista III B 06 G, lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Habitação, com alta em 09 de março de 2012 e retorno ao trabalho em 10 de março de 2012, conforme parecer da perícia médica exarado no processo de protocolo nº 5.966, de 10/02/2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, ficam revogadas as disposições em contrário.

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 15 de março de 2012.

GERALDO ALVES HENRIQUE
Presidente Executivo

IPACI - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim

Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Artigo 53, Inciso II da LRF

Bimestre: JANEIRO/FEVEREIRO DE 2012

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II)

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ De 2012	Até o Bimestre/ de 2011
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (I)	R\$ 14.978.000,00	R\$ 14.978.000,00	R\$ 4.042.621,92	R\$ 4.042.621,92	R\$ 2.438.399,67
RECEITAS CORRENTES	R\$ 14.975.500,00	R\$ 14.975.500,00	R\$ 4.042.621,92	R\$ 4.042.621,92	R\$ 2.438.399,67
Receitas de Contribuições dos Segurados	R\$ 8.380.000,00	R\$ 8.380.000,00	R\$ 1.410.396,75	R\$ 1.410.396,75	R\$ 1.262.868,04
Pessoal Civil	R\$ 8.380.000,00	R\$ 8.380.000,00	R\$ 1.410.396,75	R\$ 1.410.396,75	R\$ 1.262.868,04
Ativo	R\$ 8.260.000,00	R\$ 8.260.000,00	R\$ 1.394.269,41	R\$ 1.394.269,41	R\$ 1.249.107,90
Inativo	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 12.945,25	R\$ 12.945,25	R\$ 11.010,76
Pensionista	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	R\$ 3.182,09	R\$ 3.182,09	R\$ 2.749,38
Pessoal Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Ativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Inativo	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pensionista	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de Contribuição	R\$ 80.000,00	R\$ 80.000,00	R\$ 13.084,77	R\$ 13.084,77	R\$ 97.327,37
Receita Patrimonial	R\$ 6.322.500,00	R\$ 6.322.500,00	R\$ 2.579.139,11	R\$ 2.579.139,11	R\$ 612.755,79
Receitas Imobiliárias	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receitas de Valores Mobiliários	R\$ 6.319.500,00	R\$ 6.319.500,00	R\$ 2.579.139,11	R\$ 2.579.139,11	R\$ 612.755,79
Outras Receitas Patrimoniais	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Receita de Serviços	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas Correntes	R\$ 193.000,00	R\$ 193.000,00	R\$ 40.001,29	R\$ 40.001,29	R\$ 465.448,47
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	R\$ 190.000,00	R\$ 190.000,00	R\$ 32.280,10	R\$ 32.280,10	R\$ 457.451,01
Demais Receitas Correntes	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00	R\$ 7.721,19	R\$ 7.721,19	R\$ 7.997,46
RECEITAS DE CAPITAL	R\$ 2.500,00	R\$ 2.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	R\$ 1.000,00	R\$ 1.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Amortização de Empréstimos	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Receitas de Capital	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (II)	R\$ 10.022.000,00	R\$ 10.022.000,00	R\$ 1.828.940,34	R\$ 1.828.940,34	R\$ 1.803.000,23
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS: (III) = (I + II)	R\$ 25.000.000,00	R\$ 25.000.000,00	R\$ 5.871.562,26	R\$ 5.871.562,26	R\$ 4.241.399,90

DESPESAS	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Liquidadas		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2012	Até o Bimestre 2011
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	R\$ 18.262.100,00	R\$ 18.262.101,00	R\$ 1.833.144,25	R\$ 1.833.144,25	R\$ 1.561.688,48
ADMINISTRAÇÃO	R\$ 5.579.000,00	R\$ 5.579.001,00	R\$ 172.340,78	R\$ 172.340,78	R\$ 105.123,83
Despesas Correntes	R\$ 3.937.000,00	R\$ 3.937.000,00	R\$ 172.340,78	R\$ 172.340,78	R\$ 105.123,83
Despesas de Capital	R\$ 1.642.000,00	R\$ 1.642.001,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
PREVIDÊNCIA	R\$ 12.683.100,00	R\$ 12.683.100,00	R\$ 1.660.803,47	R\$ 1.660.803,47	R\$ 1.456.564,65
Pessoal Civil	R\$ 12.183.100,00	R\$ 12.183.100,00	R\$ 1.660.803,47	R\$ 1.660.803,47	R\$ 1.456.564,65
Aposentadorias	R\$ 8.120.000,00	R\$ 8.120.000,00	R\$ 1.138.746,11	R\$ 1.138.746,11	R\$ 962.410,88
Pensões	R\$ 2.220.000,00	R\$ 2.220.000,00	R\$ 327.642,07	R\$ 327.642,07	R\$ 274.190,94
Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 1.843.100,00	R\$ 1.843.100,00	R\$ 194.415,29	R\$ 194.415,29	R\$ 219.962,83
Pessoal Militar	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Reformas	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Pensões	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Benefícios Previdenciários	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outras Despesas Previdenciárias	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Compensação Previdenciária do RPPS e RGPS	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Demais Despesas Previdenciárias	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA - ORÇAMENTÁRIAS) (V)	R\$ 45.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 3.565,62	R\$ 3.565,62	R\$ 5.274,41
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV-V)	R\$ 18.307.100,00	R\$ 18.307.101,00	R\$ 1.836.709,87	R\$ 1.836.709,87	R\$ 1.566.962,89
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - RPPS (VII) = (III-VI)	R\$ 6.692.900,00	R\$ 6.692.899,00	R\$ 4.034.852,39	R\$ 4.034.852,39	R\$ 2.674.437,01

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 18.516,36	R\$ 18.516,36	R\$ -
Plano Financeiro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Recursos para Formação de Reserva	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Aportes para o RPPS	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Plano Previdenciário	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ 18.516,36	R\$ 18.516,36	R\$ -
Recursos para Cobertura do Déficit Financeiro	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Recursos para Cobertura do Déficit Atuarial	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
Outros Aportes para o RPPS	R\$ -	R\$ -	R\$ 18.516,36	R\$ 18.516,36	R\$ -
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS					
VALOR			R\$		6.692.900,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	janeiro (2012)		PERÍODO DE REFERÊNCIA			
			janeiro/fevereiro de 2012	janeiro/fevereiro de 2011		
CAIXA	R\$	-	R\$	-	R\$	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO	R\$	109.149,35	R\$	24.499,99	R\$	1.109.892,15
INVESTIMENTOS	R\$	79.907.949,09	R\$	82.112.047,97	R\$	63.867.562,72
OUTROS BENS E DIREITOS	R\$	193.739,51	R\$	200.298,76	R\$	176.207,98
RECEITAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS - RPPS						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre 2011	
RECEITAS CORRENTES (VIII)	R\$	10.022.000,00	R\$	1.828.940,34	R\$	1.803.000,23
Receitas de Contribuições	R\$	9.600.500,00	R\$	1.804.177,72	R\$	1.793.260,16
Patronal	R\$	9.000.000,00	R\$	1.588.455,24	R\$	1.691.426,01
Pessoal Civil	R\$	9.000.000,00	R\$	1.588.455,24	R\$	1.691.426,01
Ativo	R\$	9.000.000,00	R\$	1.588.455,24	R\$	1.691.426,01
Inativo	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Pensionista	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Pessoal Militar	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Ativo	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Inativo	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Pensionista	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Para Cobertura de Déficit atuarial	R\$	500,00	R\$	-	R\$	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	R\$	600.000,00	R\$	215.722,48	R\$	101.834,15
Receita Patrimonial	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Receita de Serviços	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outras Receitas Correntes	R\$	421.500,00	R\$	24.762,62	R\$	9.740,07
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Alienação de Bens	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Amortização de Empréstimos	R\$	-	R\$	-	R\$	-
Outras Receitas de Capital	R\$	-	R\$	-	R\$	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	R\$	10.022.000,00	R\$	1.828.940,34	R\$	1.803.000,23
DESPESAS INTRA - ORÇAMENTÁRIAS - RPPS						
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS			
			No Bimestre	Até o Bimestre 2012	Até o Bimestre de 2011	
ADMINISTRAÇÃO (XII)	R\$	45.000,00	R\$	3.565,62	R\$	5.274,41
Despesas Correntes	R\$	45.000,00	R\$	3.565,62	R\$	5.274,41
Despesas de Capital	R\$	-	R\$	-	R\$	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA - ORÇAMENTÁRIA (XIII) = (XII)	R\$	45.000,00	R\$	3.565,62	R\$	5.274,41

Dalmo Costa Beber
Diretor Contábil Orçamentário
CRC-ES 016170/O-1

Geraldo Alves Henrique
Presidente Executivo

IPACI-Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Cachoeiro de Itapemirim
Relatório Resumido da Execução Orçamentária

Demonstrativo do Resultado Nominal

Artigo 53, Inciso III LRF

Bimestre: JANEIRO/ FEVEREIRO/ 2012

RREO Anexo VI (LRF art. 53, inciso III)

R\$1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	Em 31/12/2010 (a)	Em Bimestre Anterior (b)	Em Bimestre Atual (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	-	-	-
Ativo Disponível	-	-	-
Haveres Financeiros	-	-	-
(-) Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-	-	-
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-	-	-
<u>RESULTADO NOMINAL</u>		PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		No Bimestre (c - b)	Até o bimestre (c-a)
Valor		R\$ -	R\$ -
<u>Discriminação da Meta Fiscal</u>			Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			R\$ -
REGIME PREVIDENCIÁRIO			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31/Dez/2011	Em Bimestre Anterior	Em Bimestre Atual
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	R\$ 257.954.114,94	R\$ 257.954.114,94	R\$ 257.954.114,94
Deduções (VIII)	R\$ 77.965.294,40	R\$ 77.965.294,40	R\$ 82.131.014,88
Ativo Disponível	R\$ 122.861,01	R\$ 122.861,01	R\$ 24.499,99
Investimentos	R\$ 77.875.972,87	R\$ 77.875.972,87	R\$ 82.112.047,97
Haveres Financeiros	R\$ -	R\$ -	R\$ -
(-) Restos a Pagar Processados	R\$ (33.539,48)	R\$ (33.539,48)	R\$ (5.533,08)
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	R\$ 179.988.820,54	R\$ 179.988.820,54	R\$ 175.823.100,06
PASSIVO RECONHECIDOS (X)	R\$ 219.321.259,76	R\$ 219.321.259,76	R\$ 219.321.259,76
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	R\$ (39.332.439,22)	R\$ (39.332.439,22)	R\$ (43.498.159,70)

Fonte: Dados constantes da última Reavaliação Atuarial, realizada pela Fundação COPPETEC (NAP - Núcleo Atuarial de Previdência), homologada em Dezembro de 2010, a atual avaliação atuarial está em fase de conclusão.
 Parte dos restos a pagar processados já foram quitados neste bimestre atual.
 Observa-se que a Dívida Fiscal Líquida Previdenciária apresenta saldo invertido, pois o reconhecimento do passivo gera superávit atuarial.

Dalmo Costa Beber
 Diretor Contábil Orçamentário
 CRC-ES 016170/P

Geraldo Alves Henrique
 Presidente Executivo
 CPF: 015.198.777-73